

CPI suspeita que entidade fraudou notas

Associação Obras Sociais Irmã Dulce pode ter usado artifício para justificar uso de dinheiro de subvenções

BRASÍLIA — A Associação Obras Sociais Irmã Dulce está sob investigação na CPI do Orçamento, sob suspeita de usar notas "calçadas" em suas prestações de contas, para justificar o uso do dinheiro recebido de subvenções sociais. O dirigente da associação, o banqueiro Ângelo Calmon de Sá, já foi avisado pela Secretaria de Fazenda do governo da Bahia de que fornecedores da entidade estão sendo investigados, acusados de estarem usando essas "notas calçadas".

Calmon de Sá — que foi secretário do Desenvolvimento Regional do governo Collor e é presidente do conselho de administração do Banco Econômico — colocou à disposição da CPI todas as prestações de conta da entidade, uma das mais respeitadas do País pelo trabalho beneficente que faz na Bahia desde 1960. "Ninguém está livre de fornecedores inescrupulosos", disse a um dos técnicos que auxilia a CPI na investigações.

Segundo esse técnico, que falou com Calmon de Sá, há informação sobre a existência dessas notas irregulares nas prestações de contas da entidade. Em 1989, a Associação Obras Sociais Irmã Dulce recebeu o equivalente a US\$ 22 mil em subvenções sociais. Em 1990 não consta dotação, mas, nos dois anos seguintes, a entidade voltou a obter recursos federais. Em 1991, recebeu US\$ 270 mil. Em 1993, US\$ 334 mil foram destinados para as obras assistenciais de Irmã Dulce na Bahia.

Evangélicos — A CPI também está avaliando as vultosas subvenções sociais liberadas para entidades assistenciais evangélicas. Os evangélicos contam com uma bancada de quase 50 deputados, que ficou notável porque muitos deles, em 1988, trocaram votos em favor de cinco anos e mandato para o presidente José Sarney por emissoras de rádio e verbas federais.

No que os técnicos que trabalham com a CPI passaram a chamar de "O Evangelho segundo a subvenção" aparece uma formidável distribuição de dinheiro: foram destinados em 1991 e 1992 um total de US\$ 40 milhões para a Confederação Brasileira de Serviço Assistencial e Evangélico. A confederação é uma holding com duas afiliadas: a Associação Promotora de Evangelismo, com sede no Rio, e a Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, também do Rio.

Os responsáveis pelo recebimento do dinheiro são Plínio de Souza e Izaias de Souza Maciel. A CPI, porém, está apurando a denúncia de que o pastor Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, pode ser o real beneficiário de tantas subvenções. As prestações de contas desse "Evangelho" começarão a ser investigadas na semana que vem pela CPI. Os técnicos pretendem pôr no "confessionário" todos os responsáveis por entidades que receberam subvenções nos últimos anos.